



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)

63.01.01.18

LO Nº IN005107

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 48.690 de 14 de setembro de 2023, em especial, do Decreto nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, e suas modificações posteriores, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA, concede o presente instrumento a

EMPRESA DE MINERAÇÃO JEQUITIBÁ DE BOM JARDIM LTDA

CPF/CNPJ: 04.147.202/0001-11

Endereço: ESTRADA JEQUITIBÁ KM 01 S/N - FAZENDA JEQUITIBÁ - BOM JARDIM - RJ

Objeto:

Aprova a operação das atividades de extração e britagem de rocha, conforme processo da ANM, sob nº 890.449/00.

No seguinte local:

ESTRADA JEQUITIBÁ, KM. 1, S/N - FAZENDA JEQUITIBÁ - BOM JARDIM/RJ

Prazo de validade:

Este documento é válido até 18 de setembro de 2032, respeitadas as condições nele estabelecidas, e é concedido com base nos autos e informações constantes do processo nº PD-07/009.221/2019 e seus anexos.

Condições de validade:

1- Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor de atender à legislação federal, estadual e municipal, bem como possuir os necessários atos de consentimento para o exercício de seu empreendimento ou atividade, porquanto o licenciamento ambiental independe de comprovação da dominialidade da área do empreendimento ou atividade licenciada, da certidão expedida pelo Município atestando a conformidade do empreendimento ou atividade à legislação municipal de uso e ocupação do solo, assim como de licenças, autorizações, certidões, certificados, outorgas ou outros atos de consentimento dos demais órgãos em qualquer nível de governo, conforme o art. 33 do Decreto nº 46.890 de 23/12/2019 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental - SELCA;

2- Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

3- Requerer a renovação desta Licença de Operação no mínimo 120 dias antes do vencimento do seu prazo de validade;

4- Requerer Autorização Ambiental (AA) para execução de PRAD da área de lavra do empreendimento, no mínimo 120 dias antes do vencimento desta Licença de Operação;

5- Requerer Autorização Ambiental para execução de PRAD na área de intervenção do bota-fora, no mínimo 120 antes da finalização das ações de enchimento do bota-fora; .

6- Atender à DZ-056.R-2-Diretriz para Realização de Auditoria Ambiental, aprovada pela Deliberação CECA nº 3.427 de 14.11.95 e publicada no D.O.R.J. de 21.11.95;

7- Atender à NT-202.R-10 - Critérios e Padrões para Lançamentos de Efluentes Líquidos, aprovada pela Deliberação CECA nº 1.007 de 04.12.86 e publicada no D.O.R.J. de 12.12.86;

8- Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela

9- Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;

10- Atender à NT-603.R-4 - Critérios e Padrões de Qualidade do Ar Ambiente, aprovada pela Deliberação CECA nº 21 de 15.03.78 e publicada no D.O.R.J. de 18.04.78;

11- Atender à NT-526.R-2 - Padrões de Emissão de Partículas para Pedreiras de Produção de Brita, aprovada pela Deliberação CECA nº 664 de 30.05.85 e publicada no D.O.R.J. de 21.06.85

12- Atender à Resolução nº 001/90 do CONAMA de 08.03.90, publicada no D.O.U. de 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;

13- Operar somente com o Registro de Licença do DNPM, o Certificado de Registro do DRM e a Licença da Prefeitura Municipal, atualizados, apresentando cópias ao INEA regularmente;

14- Operar somente com a Licença da DFAE da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e o Certificado de Registro do SFPC/1 do Exército Brasileiro atualizados, apresentando cópias ao INEA;

15- 14- Conduzir a lavra de forma a não intervir na APP de terço superior de morro que encontra-se limitada pela curva de nível de cota 765m;

16- Conduzir a lavra de forma a possibilitar a posterior recuperação do dano provocado pela extração mineral, em especial no que tange a recuperação da cicatriz de lavra, preparando o local para o uso futuro, conforme o previsto no Plano de Controle Ambiental (PCA), Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) e Plano de Lavra (PL);

17- Implantar as medidas mitigadoras e de recuperação propostas no Plano de Controle Ambiental (PCA), aprovado pelo INEA, observando-se a estabilidade do solo, controle de erosão, drenagem, adequação paisagística e topográfica e revegetação;

18- Apresentar semestralmente ao INEA : - relatório com documentação fotográfica mostrando o avanço da área de extração, as medidas mitigadoras que estão sendo implantadas e a recuperação das áreas degradadas, conforme IT-1838 da CECA; - relatório de monitoramento sísmico de ruídos e vibrações, conforme plano previamente aprovado pelo INEA; - relatório de monitoramento da qualidade do ar, conforme plano previamente aprovado pelo INEA; - relatório de acompanhamento do Plano de Controle Ambiental (PCA);

19- Manter na entrada da propriedade, em local visível, placa informativa com as seguintes características: - confeccionada em folha de flandres e coluna de madeira; - medindo 1,20 m de largura e 0,70 m de altura; - a dois metros de distância do solo; - indicando: razão social, responsável técnico, números das diversas licenças concedidas pelos órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

20- Manter todos os sistemas de controle da poluição do ar, da água e do solo em perfeitas condições de operação, de modo a evitar emissões de material particulado para a atmosfera e lançamento de contaminantes no solo e corpo receptor, inclusive com a realização semestral de análise da qualidade da água, em especial no que diz respeito, à carga sedimentar em suspensão/solução em pontos à montante e a jusante do local de transbordo do tanque de decantação, junto ao córrego Bento Antônio;

- 21- Manter demarcada a área autorizada para extração, utilizando marcos apropriados e identificados com coordenadas UTM;
- 22- Manter umedecidas as vias internas e externas de tráfego, de modo que as emissões de poeira não ultrapassem 20% de opacidade em qualquer dos pontos geradores e que não ocorram emissões visíveis fora dos limites da área de extração e beneficiamento;
- 23- Umedecer a praça da pedreira antes de cada detonação;
- 24- Armazenar os resíduos de acordo com as normas NBR 11.174 - Armazenamento de resíduos Classe II (não inertes) e Classe III (inertes) e NBR 12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos (Classe I), da ABNT e, destiná-los somente à empresas licenciadas;
- 25- Apresentar, em prazo de 90 (noventa) dias, Termo de Cessão Gratuita de rejeito/estéril junto às Prefeituras Municipais de Bom Jardim e Duas Barras, como forma de disponibilizar material para utilização na manutenção das vias públicas municipais. Em caso de desinteresse da Prefeitura Municipal, esse material terá de ser disposto em área expressamente autorizada pelo INEA;
- 26- Atender à Lei nº 12.651, de 25.05.12 e suas alterações;
- 27- Atender à Lei nº 11.428, de 22.12.06 e ao Decreto nº 6.660, de 21.11.08, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- 28- Promover o acompanhamento das atividades de supressão por equipe técnica devidamente habilitada e capacitada, portando cópia da Licença Ambiental do empreendimento e cópia do registro do proprietário das motosserras que estiverem sendo utilizadas no corte da vegetação;
- 29- Apresentar relatório das atividades de supressão de vegetação, volumetria do material extraído, destinação do material lenhoso, relatório fotográfico e informações complementares;
- 30- Transportar o material originado pela supressão somente após o cadastro no sistema DOF (documento de origem florestal);
- 31- Comprovar a destinação do resíduo gerado pela supressão vegetal, seja pela venda ou por doação a terceiros, através de nota fiscal;
- 32- Não usar de fogo ou de produtos químicos de qualquer espécie para eliminação da vegetação, bem como não enterrar madeira;
- 33- Não depositar qualquer material em encostas, em APP, em mananciais hídricos ou nos fragmentos florestais;
- 34- Não abrir nova frente de lavra sem prévia análise do INEA;
- 35- Não dispor estéril/rejeito em bota-fora localizado em área ambientalmente frágil, como margens de corpos hídricos, nascentes e linhas naturais de drenagem, dentre outras, sem prévia análise do INEA;
- 36- Não rebaixar a praça da pedreira a um nível inferior ao do leito do córrego Bento Antônio;
- 37- Não intervir em vegetação nativa sem a autorização prévia do órgão ambiental;
- 38- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 39- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 8596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- 40- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue;

- 41- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 42- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais relativos à atividade ora licenciada;
- 43- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação na atividade;
- 44- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário;

Renato José de Almeida Vieira
ID 51164493



A autenticidade deste documento pode ser conferida apontando a câmera para o QrCode.

O não cumprimento das condições constantes nas Normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e na Lei Estadual nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, podendo levar ao cancelamento deste documento.

Rio de Janeiro, 18 setembro de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Renato José de Almeida Vieira, Superintendente**, em 18/09/2023, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **59844145** e o código CRC **5B233C64**.